

## APRESENTAÇÃO

A presente publicação reúne os artigos apresentados no Grupo de Trabalho “Jurisdição e Processo II”, no CONPEDI, realizado na UFSC, em Florianópolis, nos dias 01 e 02 de maio de 2014.

Os artigos tratam de temáticas críticas do processo contemporâneo, a partir do exame das garantias processuais constitucionais, processo coletivo, direito público, teoria da decisão e questões pragmáticas, tais como as nulidades, repercussão geral e o (novo) incidente de demandas repetitivas.

O Direito Processual, na verdade, representa o produto de uma construção histórica, o que o torna ideologicamente comprometido. O paradigma racionalista interfere diretamente na Ciência Processual. Dessarte, o Direito Moderno, que tem suas raízes calcadas em uma Justiça incapaz de realizar seus propósitos, mantém-se atrelado a uma concepção histórica ideologicamente racional, compreendendo a Ciência do Direito mediante a aplicação da metodologia inerente às ciências da natureza. Essa concepção faz com que o escopo do julgador, muitas vezes, firme-se nas fórmulas lógicas, quase matemáticas, elegendo o caminho indutivo, como se os fatos da vida com que opera tivessem o mesmo contorno das ciências exatas.

No que toca ao Direito Processual, esse fenômeno é robustecido, a partir de construções autônomas e da criação de institutos “puros”, que não guardam relação com a realidade, vinculados que estão a uma ideologia sustentada na dogmática perniciosa do racionalismo.

Essa vertente crítica, assim, é que oferta guarida às temáticas abordadas, que, embora não registrem identidade na matriz teórica ebita, registram o escopo comum de tecer uma teia crítica e tratar de temas caros ao processo contemporâneo, apresentando alternativas à superação da matriz racionalista-privatista e à falta de efetividade que assola o processo.

O primeiro capítulo dedica-se a discutir as garantias constitucionais do processo; o segundo, apresenta temas de Direito Público, com destaque para o processo coletivo e a improbidade administrativa; na sequência, o terceiro capítulo oferece contributos à teoria da decisão, bem como alternativas de avanço ao procedimento que leva ao ato de julgar; encerra a obra capítulo que trata de questões aplicativas do processo contemporâneo, especialmente, (a) interceptação telefônica, (b) relativização das nulidades absolutas, (c) repercussão geral, (d) incidente de resolução de demandas repetitivas, (e) sentença arbitral.

Os presentes artigos, assim, como é possível perceber, tem por escopo analisar as temáticas alusivas ao debate teórico da Jurisdição e do Estado, além de enfrentar questões específicas, mormente no que diz respeito às recentes reformas processuais e aos acalorados debates acerca dos institutos processuais contemporâneos.

**Prof. Dr. Eduardo de Avelar Lamy**  
Professor da Pós-Graduação da UFSC

**Prof. Dr. Jefferson Dytz Marin**  
Professor da Pós-Graduação da UCS

**Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore**  
Professor da Pós-Graduação da PUCPR

**Coordenadores**

## JURISDIÇÃO E PROCESSO II

### SUMÁRIO

#### I – ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

- 1 A Teoria Garantista e a função judicial na proteção dos direitos fundamentais.
- 2 Acesso à Justiça, instrumentalidade do processo e desenvolvimento: limites da aproximação.
- 3 O princípio do contraditório e o dever de diálogo como garantia constitucional ao direito de defesa.
- 4 O processo enquanto procedimento em contraditório. Elo Fazzalari e Anarquia Metodológica.
- 5 Os novos paradigmas da justiça: Repensando o direito por meio do efetivo acesso à ordem jurídica justa.
- 6 Político brasileiro em conflito com a lei, *untermassverbot* e Direito de personalidade em tempos de internet: Proteção Constitucional e a aguda contradição na falta de eficácia de mecanismo de tutela urgencial para garantia de direitos.
- 7 Proteção à dignidade humana pela via processual como fator de inclusão social.
- 8 Gratuidade Judicial: Vés Materializador do Direito Fundamental de acesso à justiça x necessárias limitações emanadas do estado social e democrático de direito.

#### II – PROCESSO E DIREITO PÚBLICO

- 1 A competência na lei de improbidade administrativa.
- 2 As hipóteses de vedação de medida liminar sob a perspectiva da reincorporação de proventos: Análise das decisões do TJ/ES.
- 3 Os efeitos da coisa julgada na ação civil por improbidade administrativa.
- 4 O ônus da prova na ação civil pública: um estudo acerca dos principais debates e incertezas.

#### III – DECISÃO JUDICIAL

- 1 A necessidade de fundamentação nas decisões judiciais propostas do novo Código de Processo Civil
- 2 Flexibilização do Procedimento e Cooperação: Um novo olhar sobre o processo.
- 3 Processo Justo: Pequena Reflexão Para a (Re) construção de um conceito.
- 4 A Jurisprudência defensiva dos tribunais superiores: a doutrina utilitarista mais viva que nunca.

#### IV – PRAGMÁTICA PROCESSUAL

- 1 A quebra de sigilo através da interceptação telefônica e seu uso como prova emprestada no processo civil.
- 2 A relativização das nulidades absolutas e o princípio do devido processo legal: uma análise crítica.
- 3 Aplicação e impactos de repercussão geral na admissibilidade do recurso extraordinário no STF.
- 4 Decisões tomadas em Recurso repetitivo ou em repercussão geral: A questão do precedente.
- 5 O incidente de resolução de demandas repetitivas como uma proposta de valorização dos axiomas justiça, igualdade, celeridade e segurança jurídica.
- 6 Possibilidade do árbitro proferir sentença parcial na arbitragem brasileira.